

"FILOLOGIA, DIREITO E REVALORIZAÇÃO DOS DIREITOS LÍNGUÍSTICO-ONOMÁSTICOS DOS POVOS INDÍGENAS"

Júlio César Barreto Rocha (UNIR /UFAM)

jbarreto.rocha@gmail.com

A diversidade linguística consta da pauta de preocupações da Comunidade Internacional. Neste contexto, em maio de 2007, a ONU proclamou 2008 como Ano Internacional das Línguas, relacionando-o com o Decênio Internacional dos Direitos dos Povos Indígenas e o Segundo Decênio Internacional dos Direitos dos Povos Indígenas. Na Amazônia, para valorizar direitos dos Povos Indígenas, dentre eles o Direito linguístico, desenvolveu-se um Projeto, buscando conhecer no Estado do Amazonas o que entendiam e o que queriam os indígenas com relação aos seus nomes. Intitulado "Registro civil de nascimento dos povos indígenas", apoiado pela Associação Nacional dos Rondonistas e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, alcançaram-se objetivos primeiros de mapeamento temático acerca desta realidade amazônica. Em Porto Velho, como ponto de partida para fornecer referência científica na área da Onomasiologia, outro projeto foi instalado (admitido no PIBIC), sobre o reconhecimento de toponímia e de antroponímia na região. Intitulado "Comunidades da Amazônia, seus nomes, sua toponímia, nossa cultura", é um dos seus interesses verificar como a sociedade envolvente avança sobre as populações nativas. Este nosso texto, dotado de quadros explicativos, procurou alinhar os resultados destes três movimentos: jurídico-internacional, prático-civilista e teórico-onomástico, de modo a termos um primeiro plano visual daquilo que pode ser um carro-chefe, paradigmas das novas movimentações sobre Direitos Humanos e Direitos Linguísticos na Amazônia brasileira.